



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

Aos 09 dias do mês de julho de 2013, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do artigo 104º n.º 4, do Regimento da Assembleia da República, a requerimento do grupo parlamentar do PCP.

II Parte

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do artigo 104º n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.

III Parte

1. Informações;

2. Apreciação de:

- Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 60/XII/2 – *“Aprova o Acordo Quadro Global de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados Membros, por um lado, e a República Socialista do Vietname, por outro, assinado em Bruxelas em 27 de junho de 2012”*.

Deputada Autora do Parecer: Manuela Tender (PSD);

- Relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – *“Uma vida digna para todos: Erradicar a pobreza e dar ao mundo um futuro sustentável [COM(2013)92]”*.

Deputada Autora do Relatório: Mónica Ferro (PSD)

3. Aprovação da ata n.º 98 referente à reunião de 19 de junho 2013.

4. Outros assuntos.

I Parte

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do artigo 104º n.º 4, do Regimento da Assembleia da República, a requerimento do grupo parlamentar do PCP.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu início à reunião começando por cumprimentar o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e restante delegação e os membros da Comissão, tendo de seguida informado da ordem de trabalhos e das grelhas de tempo aplicável às duas audições.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) apresentou o requerimento que o seu grupo parlamentar entregou, considerando que a questão fundamental é saber quem deu a ordem para não ser autorizada a aterragem em território nacional do avião presidencial da República da Bolívia em que viajava o Presidente Evo Morales. Perguntou quais foram as considerações técnicas que estiveram desta decisão e disse esperar que a resposta não tenha a ver com a hipótese de vir a bordo do avião o Sr. Snowden. Questionou se este procedimento respeitou as leis e acordos internacionais e perguntou o que se vai fazer agora da diplomacia económica face às reações que têm tido os países da América Latina.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, disse que importava distinguir a questão da aterragem do avião do Presidente Evo Morales e a questão Snowden. Quanto a esta questão, considerou grave a obtenção e transmissão de dados estrangeiros e, embora nenhuma missão diplomática tenha sido alvo dessa vigilância, segundo o que se apurou até ao momento, o Embaixador dos EUA foi convocado ao MNE tendo-lhe sido transmitida a preocupação face à gravidade do que foi noticiado. Quanto à questão do avião presidencial, disse que gostaria de esclarecer vários pontos:

- Portugal autorizou o sobrevoo do avião do Presidente Evo Morales pelo espaço aéreo nacional;
- O Governo português esclareceu que não seria possível autorizar a aterragem por questões técnicas;
- Em circunstância nenhuma o Governo português colocou em risco a vida do Presidente Evo Morales ou de qualquer outra pessoa que se deslocasse no referido avião;
- Portugal respeitou a legalidade internacional de forma completa;
- Não foram pedidas informações sobre quem vinha ou não vinha no avião.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

Mantém que a Bolívia é um país amigo e a América Latina um parceiro indispensável.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que o Governo agiu natural e legalmente e perguntou, em concreto, se houve algum instrumento internacional violado e se, em circunstâncias iguais, os procedimentos têm sido idênticos.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, reiterou que foi autorizado o sobrevoo e que não foram feitas perguntas que têm a ver com a soberania nacional. Referiu ainda que embora seja dito, não houve violação do artigo 7º da Convenção de Viena sobre os Tratados Internacionais, nem da Convenção de Chicago sobre Aviação civil Internacional, que não é aplicável a aviões de Estado. Aliás, prosseguiu, qualquer das Convenções de Viena que têm sido mencionadas não se aplica à situação. Referiu ainda que a legislação portuguesa aplicável aponta para uma autorização casuística.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) começou por referir a intervenção junto do Embaixador dos EUA e a indicação de que Portugal não teria sido alvo de vigilância, o que a preocupa pois significa alguma irrelevância da nossa parte. Perguntou depois que diligências foram tomadas para que a Bolívia pedisse desculpa pelos últimos acontecimentos relatados e concluiu referindo que Portugal não pode desperdiçar o trabalho realizado e a relação que tem com os países da América Latina.

A Sr.ª Deputada Ana Paula Vitorino (PS) destacou a importância dos países da América Latina para a economia portuguesa e perguntou se já foram apresentadas desculpas em nome do Estado português.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, começou por referir que quando vê uma bandeira de Portugal ser desrespeitada, indigna-se com quem o faz, mas, assim como as autoridades bolivianas conhecem a atuação do Governo português, também não confunde esta atitude com as autoridades bolivianas.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) referiu que o Governo português autorizou o sobrevoo, só a aterragem é que não foi autorizada. Se por qualquer motivo tivessem sido invocados motivos de segurança, o avião teria sido autorizado a aterrar. Concluiu perguntando como estavam as relações entre Portugal e a Bolívia.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, reafirmou que se tivessem sido invocados motivos de segurança teria sido autorizada a aterragem. Prosseguiu referindo que o relacionamento entre Portugal e a Bolívia não é muito denso. Em termos de relações comerciais a Bolívia não faz parte do grupo de países para os quais Portugal mais exporta ou do qual importa.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que o Sr. Ministro não esclareceu o que se passou. A questão de fundo é a não autorização de aterragem. Se foi um incidente porque não pede desculpas à Bolívia e recordou que o homólogo espanhol está a ponderar fazê-lo.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, discordou da posição que tem sido publicamente expressa pelo BE pois inclusive é referido que Portugal fechou o espaço aéreo o que não aconteceu. Esclareceu ainda que o homólogo espanhol refere-se a questões ocorridas em Viena de Áustria e não ao procedimento adotado pelo Governo espanhol.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) disse que pode considerar que houve uma decisão do MNE, que agora explicou que a razão para não autorizar foi para evitar a possibilidade de o avião trazer o Sr. Snowden e os problemas que essa situação acarretaria para Portugal. Perguntou qual seria o problema para Portugal se de facto o Sr. Snowden viesse no avião e rematou considerando que não se podiam reduzir as consequências à balança comercial com a Bolívia.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que não era o sobrevoo que está em questão e voltou a questionar os motivos que levaram a que não fosse permitida a aterragem. Reiterou a questão indagando das razões técnicas que levaram o MNE a não permitir a aterragem.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, disse que não considerava que esta fosse a questão central, nem que Portugal seja central nesta questão. Não está a dizer que o incidente não existiu mas considera que não deve ser hiperbolizado. Os diplomatas portugueses foram proactivamente contactados pelo MNE para serem informados da posição portuguesa e poderem informar o Governo da Bolívia. Concluiu referindo que Portugal tem de ter cuidado e não se colocar numa situação muito exposta quanto ao Sr. Snowden, numa questão que não criámos nem vamos resolver.

II Parte

Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do artigo 104º nº 2, do Regimento da Assembleia da República.

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins, deu a palavra ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, que disse que gostaria de fazer um balanço sintético dos principais problemas ocorridos entre a anterior audição e esta. Começou pela Síria, referindo que Portugal favorece uma solução política e que tem tido uma posição crítica quanto à possibilidade de cada Estado vender armas à oposição síria. Relativamente à Guiné-Bissau disse que houve uma evolução importante com a constituição de um governo inclusivo e o acordo para a marcação de eleições e realçou ainda o trabalho do enviado especial das Nações Unidas, José Ramos Horta. Destacou a cimeira Portugal-Brasil, com a presença da Presidente brasileira Dilma Rousseff, em que entre outros assuntos, deu-se mais um passo na resolução da questão dos engenheiros e arquitetos portugueses poderem ver os diplomas reconhecidos. Salientou a visita do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, a Portugal em que foram assinados diversos acordos que permitirão que empresas portuguesas se envolvam em obras de construção civil de grande valor. Referiu de seguida que Portugal foi admitido como país observador, por unanimidade, na Aliança do Pacífico. Mencionou ainda o trabalho discreto feito por Portugal de apoio à candidatura brasileira à direção-geral da Organização Mundial do Comércio, em que as candidaturas na reta final eram da América Latina.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) salientou o facto de o Sr. Ministro ter destacado a questão da Síria e lembrou que o Papa Francisco escolheu Lampedusa para a primeira viagem do seu pontificado. De seguida colocou duas questões concretas, a primeira relativa à situação na Guiné-Bissau e pediu que fosse feito o balanço destes dois anos, e a segunda relativa à reestruturação da rede externa.

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) começou por mencionar o regresso dos exames ao ensino de português no estrangeiro, o que valoriza o ensino e o trabalho desenvolvido pelos estudantes. Quanto ao apoio consular, as permanências consulares significam que Portugal está preocupado com todos os portugueses independentemente de onde residem, mas gostaria de conhecer uma avaliação da situação. Concluiu referindo que estas duas situações são a prova clara de preocupação pelos residentes no estrangeiro.

A Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS) começou por referir o número de refugiados civis que considerou uma tragédia em crescimento. Referiu que grande parte do sucesso da política externa tem a ver com rede diplomática e referiu que os diplomatas não foram excecionados da aplicação da proposta de lei sobre requalificação da Administração Pública. A ASDP em audição disse que gostariam de ter uma carta de missão que permitisse a respetiva avaliação.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) começou por agradecer a exposição inicial feita pelo Sr. Ministro e perguntou que balanço fazia sobre a implementação do visto *gold*.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) começou por dizer que tomava como confirmação da audição anterior a existência de razão política que teve a ver com o direito de asilo pelo que Portugal optou por não confrontar os EUA nesta matéria. Quanto à questão da Síria, disse que gostaria de ouvir o MNE sobre os bombardeamentos feitos por Israel e referiu que há grupos armados que são patrocinados por países da UE. Disse ainda que a intervenção do Sr. Ministro cheirava a fim de ciclo e rematou dizendo que as políticas que o Governo tem levado a cabo merecem o nosso repúdio pelas consequências que acarretam.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) começou por referir que o que concluiu é que não houve razões técnicas mas políticas para a decisão tomada e o Governo português devia pedir desculpas ao Governo boliviano. De seguida mencionou a carta que o MNE enviou ao Primeiro-Ministro e disse que seria inimaginável que o Sr. Ministro estivesse nesta Comissão e ignorássemos o que se passou esta semana. O Sr. Ministro, prosseguiu, vai ter de explicar ao País o que entende por irrevogável. Sobre a questão das escutas considerou que importava saber se foram feitas escutas a cidadãos e o que o Governo pretende fazer. Abordou ainda a questão do ensino do português no estrangeiro e perguntou se o Governo vai recuar na questão das propinas.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, respondeu às diversas questões tendo referido, quanto à Guiné-Bissau, que a marcação da data das eleições será um grande passo em frente. Relativamente à representação diplomática, disse que Portugal tem sido vanguardista na organização diplomática. A questão, considerou, é como é que se consegue alargar a presença diplomática sem despesa excessiva? A única solução possível é partilhando custos, colocando um diplomata num país em que não há representação diplomática e, em contrapartida, dando um posto numa embaixada, noutra lugar do mundo. É um instrumento transitório mas muito importante. Portugal tem acordos de co-localização diplomática em 6 países onde não havia orçamento para abrir de imediato uma embaixada. Concluiu referindo que o programa de vistos *gold* está manifestamente a crescer. Já foram concedidos 67 o que representa um investimento muito significativo na economia portuguesa. Disse ainda que tomava nota quanto à preocupação expressa pela Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira relativamente aos diplomatas

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) desejou felicidades no novo posto e disse que, em jeito de balanço, gostaria de abordar um conjunto de questões. Nestes dois anos o MNE não mostrou sensibilidade relativamente às comunidades portuguesas, a nível dos apoios sociais, do associativismo, da rede consular e do ensino de língua portuguesa no estrangeiro. Perguntou se reconhecia que tinha sido um erro o encerramento dos consulados de Nantes e de Osnabruck. Nestes dois últimos anos houve um corte significativo do número de professores e pediu que confirmasse se



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

este ano se verificará nova redução do número de professores e de alunos. Relativamente aos apoios concedidos a idosos carenciados, referiu que foi reduzido de forma significativa o número de beneficiários. Concluiu pedindo um balanço das políticas para as comunidades.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) referiu que, quanto ao ensino português no estrangeiro, já foram apontadas razões diferentes para a fixação das propinas, e questionou porque é que há atrasos no processamento de vencimentos dos professores e quantos professores a menos haverá para o próximo ano. A concluir perguntou quanto à certificação da frequência.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) falou sobre a situação concreta que se vive em muitos consulados portugueses e perguntou se o MNE dispõe de indicação das novas rotas de emigração. Há perigos reais relativamente a pessoas que emigram. Referiu ainda que o apoio social foi muito reduzido já no tempo do anterior governo e perguntou o que foi feito para corrigir esta situação.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, disse, quanto ao ensino português no estrangeiro, que esta semana milhares de alunos fizeram voluntariamente exame. Verificaram-se pontualmente situações de atraso nos pagamentos que resultaram essencialmente de questões cambiais. Referiu ainda que foram eliminadas situações de funcionários que tinham 70 anos.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que importava saber a que custo são feitas as permanências consulares e perguntou se a redução acelerada do número de funcionários consulares vai prosseguir porque há muitos postos que estão a sofrer com esta asfixia e perguntou se havia noção dos apoios sociais que o Estado Português fornece às nossas comunidades

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) disse que não iria colocar questões mas fazer apenas dois comentários e prosseguiu referindo que hoje tivemos aqui a demonstração do sucesso da política conduzida por este Governo. Considerou fundamental a aposta na diplomacia económica e destacou a importância das



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

permanências consulares. Referiu ainda o facto de a cooperação multilateral ter estado sempre presente nesta legislatura, com o empenho na nossa presença no Conselho de Segurança das Nações Unidas e também com a nossa candidatura ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) disse que nas anteriores legislaturas o seu grupo parlamentar levantou constantemente a questão do pessoal consular que só agora tem um caminho, através de uma iniciativa apresentada pelo Governo e aprovada pela Assembleia da República. Durante anos não houve política de recursos humanos, nem foram abertos concursos.

O Sr. Deputado João Ramos (PCP) referiu mais uma vez a questão do atraso nos salários dos professores da Suíça e do Reino Unido e perguntou se a questão já está resolvida e que medidas foram adotadas para evitar a sua repetição. Falou também na redução significativa do número de alunos. Quanto às permanências consulares considerou que era necessário saber se foram realizados tantos atos como nos postos consulares encerrados.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que era necessária uma audição específica sobre a questão das comunidades. Seria importante que o Sr. Secretário de Estado esclarecesse a questão dos alunos de português no estrangeiro, pois o número de alunos inscritos não permite avaliar o sucesso, o que importava saber era o número de potenciais alunos, quais os que pagam propinas e porque é que os restantes não pagam. Perguntou a finalizar se a propina significou ou não um retrocesso no ensino do português no estrangeiro.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, respondeu de forma sucinta que a certificação do ensino é o que verdadeiramente pode dar utilidade ao ensino da nossa língua para os lusos descendentes e a avaliação, que é feita de acordo com padrões internacionais, é fundamental, tendo de seguida passado a palavra ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário, disse

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

que este ano serão apoiados 78 620 alunos, ou com professores ou com manuais escolares ou com formação para professores. Pagam propinas os alunos que frequentam cursos de responsabilidade total do Estado português e que são 21 422. Destes, inscreveram-se 19 455 estando validados cerca de 16 000 alunos e isentos cerca de 10%. Em França, onde a propina não é paga, houve uma quebra idêntica à que se verificou de uma forma generalizada. Quantos às permanências consulares, no primeiro trimestre de 2013 foram atendidos 5 916 utentes, correspondendo a cerca de 9 mil atos consulares.

O Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas e do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário.

As duas audições foram gravadas estando o registo áudio disponível na página da Comissão. Dado o adiantado da hora, os pontos previstos na parte III da Ordem de Trabalhos passaram para a próxima reunião. A reunião foi encerrada às 20:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 setembro 2013.

O PRESIDENTE



(ALBERTO MARTINS)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 102/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
António Rodrigues
Basílio Horta
Bernardino Soares
Carlos Alberto Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Helena Pinto
José Lino Ramos
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Mónica Ferro
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ana Paula Vitorino
João Ramos
Maria Paula Cardoso
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves

